


 <https://doi.org/10.29327/2206789.20.35-3>

PASSANDO A BOIADA: REPRESENTAÇÕES DO DISCURSO ECOLÓGICO SOBRE O BRASIL

© Publicado em acesso aberto sob uma licença [Creative Commons](#) 

Resumo: Tomando como pressupostos teóricos e metodológicos a Análise do Discurso Crítica, neste artigo analisamos manchetes de agências de notícias, jornais e revistas de repercussão internacional, publicadas nos Estados Unidos, que abordam o discurso ecológico do/sobre o Brasil durante a gestão do governo Jair Bolsonaro (2019 a 2022) à presidência da república. A análise teve como objetivo identificar elementos lexicais, construções sintáticas, figuras de linguagem e aspectos semânticos que se constituíssem em representações discursivas sobre o Brasil e, conseqüentemente, revelassem práticas discursivas e sociais dos atores sociais que se inscrevem nas manchetes. Como resultados, pudemos concluir que as representações sobre o Brasil no que se referem às políticas ecológicas e/ou ambientais do governo Bolsonaro foram majoritariamente negativas, o que representavam as práticas sociodiscursivas do governo em geral e do próprio presidente da república em particular.

Palavras-chave: discurso ecológico, manchetes de notícias, governo Bolsonaro

¹Adelino Pereira dos Santos · ²Aleffe Silva Araújo

¹ Doutorado em Letras, Universidade Federal da Bahia

Docente, Universidade do Estado da Bahia, Santo Antônio de Jesus, BA, Brasil

² Graduação em Letras, Universidade do Estado da Bahia

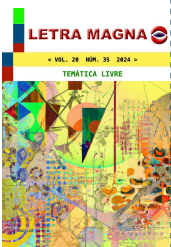
Docente, Centro de Cultura Anglo Americana, Santo Antônio de Jesus, BA, Brasil

 <https://orcid.org/0000-0001-9920-3649> · <https://orcid.org/0009-0002-7777-1973>
 adesantos@uneb.br · aleffe.araujo@outlook.com

Recebido em 25/09/2023

Aceito em 26/01/2024

Publicado em 29/02/2024



Abstract: Taking Critical Discourse Analysis as theoretical and methodological assumptions, in this article we analyse headlines from news agencies, newspapers and magazines of international repercussion, published in the United States, which address the ecological discourse of/about Brazil during the administration of Jair Bolsonaro (2019 to 2022) to the presidency of the republic. The analysis aimed to identify lexical elements, syntactic constructions, figures of speech and semantic aspects that would constitute discursive representations about Brazil and, consequently, reveal discursive and social practices of the social actors that appear in the headlines. As a result, we were able to conclude that the representations about Brazil regarding the ecological and/or environmental policies of Bolsonaro's government were mostly negative, which represented the socio-discursive practices of the government in general and of the President in particular.

Keywords: ecological discourse, news headlines, Bolsonaro's government

À Guisa de Introdução

O discurso ecológico ganha, cada vez mais, proeminência nas diversas discussões em diferentes áreas, principalmente na arena política e, conseqüentemente, no relacionamento entre os países. O Brasil ocupa uma posição privilegiada no que concerne a questões ecológicas porque é um país central em quaisquer discussões que envolvam o equilíbrio do meio ambiente no planeta Terra, por sua biodiversidade ímpar entre as nações.

A preocupação com o meio ambiente no Brasil e no exterior perpassa diversas representações do discurso ecológico porque há uma gama de interesses econômicos, humanos, políticos, geopolíticos, entre outros, na proteção do meio ambiente e na manutenção do equilíbrio do ecossistema, pois diante do uso exploratório pelos seres humanos e por um sistema econômico que busca o crescimento e o lucro contínuos acima de tudo, os recursos naturais estão cada vez mais escassos e as disputas sobre eles serão, gradualmente, mais intensas.

Essa realidade já se faz presente em diversas regiões do mundo e o Brasil está, paulatinamente, sendo cobrado em diferentes frentes no que diz respeito às questões ambientais. Diante disso, os brasileiros e todos aqueles preocupados com a sobrevivência do ser humano no planeta Terra precisam estar atentos para os “ecos” presentes nos discursos que se apresentam como ecológicos, pois esses discursos não são homogêneos. O movimento ecológico é diverso e utiliza-se de diferentes enfoques.

Por conseguinte, o público em geral, que está cada vez mais se conscientizando da importância da preservação do meio ambiente, pode ficar atordoado com os enfoques desse movimento e não compreender bem os múltiplos interesses subjacentes ao discurso

ecológico. Dessa forma, o trabalho de pesquisa que apresentamos neste artigo teve por objetivo analisar elementos lexicais, construções sintáticas, figuras de linguagem e aspectos semânticos de manchetes de notícias publicadas na imprensa dos Estados Unidos, que versavam sobre questões ambientais e/ou ecológicas do Brasil durante a gestão do presidente Jair Bolsonaro (2019 a 2022), a fim de identificar representações sobre o Brasil através das práticas discursivas dos diferentes atores sociais que se instituem nas manchetes.

A maior parte do texto deste artigo foi primeiramente apresentado como trabalho de conclusão do curso de graduação em Letras: Língua Inglesa e Literaturas de um de seus autores, elaborado no âmbito do projeto *Gêneros textuais e práticas discursivas para a sala de aula*, de complementação docente às atividades de dedicação exclusiva à Universidade do Estado da Bahia. Em termos metodológicos, direcionamo-nos pelos pressupostos teóricos da Análise do Discurso Crítica, para os procedimentos de análise. A seleção das notícias foi feita pelo mecanismo de busca da plataforma Google, a partir da seguinte fórmula: site: websitename.com [topic/keywords], tendo como critério principal a seleção de agências de notícias, jornais e revistas de grande repercussão internacional, em língua inglesa.

O Que é o Discurso Ecológico?

A Ecologia e, conseqüentemente, o discurso ecológico são uma temática central nas discussões atuais, pois as questões ambientais e climáticas estão, cada vez mais, afetando os seres habitantes no planeta e o próprio planeta Terra. Esse discurso apresenta mudanças, alterações e modulações ao longo do tempo e dos usos, dependendo de qual perspectiva ele está embasado.

A Ecologia se estabeleceu enquanto campo de conhecimento científico em 1866, após a proposição do biólogo alemão Ernest Haeckel em seu livro *Morfologia geral dos organismos*. A palavra ecologia significa “ciência da casa” e essa ciência teria a função de “[...] estudar as relações entre as espécies animais e o seu ambiente orgânico e inorgânico” (Lago & Pádua, 1984). Esse conceito, a princípio, puramente, biológico, tornou-se mais aprimorado ao acoplar-se a diferentes áreas do conhecimento como sociologia, economia (“ordenação da casa”), política, agronomia, urbanismo etc.

Antônio Lago e José Augusto Pádua (1984) dividem as fases da ecologia e, conseqüentemente, do movimento ecológico, em quatro. A ecologia natural, a ecologia social, o conservacionismo e o ecologismo. Através das bases de Haeckel, desenvolvidas no século XIX, o conceito foi posteriormente aprimorado por cientistas no século XX e o primeiro ramo da ecologia começou a se desenvolver.

A ecologia natural é “[...] a área do pensamento ecológico que se dedica a estudar o funcionamento dos sistemas naturais (florestas, oceanos etc.), procurando entender as leis que regem a dinâmica de vida da natureza” (Lago & Pádua, 1984). Esse estudo dos mecanismos da natureza preocupava-se apenas com os aspectos biológicos, deixando de lado os aspectos sociológicos que impactam no biológico, pois o homem, muitas vezes, interfere bruscamente na natureza, desequilibrando a homeostase do ecossistema.

A ecologia natural, portanto, estuda o funcionamento da natureza e “[...] revela que os elementos da natureza não existem isolados uns dos outros, mas sim tendem a se combinar em sistemas complexos, estabelecidos a partir de uma série de relacionamentos físicos e biológicos” (Lago & Pádua, 1984). Ou seja, mostra a integração entre os diversos elementos e seres habitantes em determinado ecossistema e, conseqüentemente, na ecosfera.

Contudo, o ser humano e seus impactos na natureza não eram estudados pela ecologia natural. A relação entre natureza e ser humano, que impactava o ambiente cada vez mais, precisava de um estudo mais acurado. É a partir dessa necessidade que surgiu, na década de 1960, a ecologia social, pois esse ramo da ecologia “[...] não nasceu da cabeça de alguns iluminados, mas sim das próprias contradições reais engendradas pela sociedade urbano-industrial” (Lago & Pádua, 1984). A degradação e o desequilíbrio do meio ambiente estavam atingindo níveis alarmantes e, para além do estudo, entendimento e compreensão dessas questões, suas gravidades e suas conseqüências estavam se delineando.

A ecologia social, portanto, aborda “[...] os múltiplos aspectos da relação entre os homens e o meio ambiente, especialmente a forma pela qual a ação humana costuma incidir destrutivamente sobre natureza” (Lago & Pádua, 1984). Essas relações entre homem e meio ambiente e os impactos da ação humana precisam ser analisadas com cuidado porque não podemos somente individualizar o problema, desconsiderando o sistema de produção em que estamos inseridos. Essa falta de cuidado, intencional ou não, pode nos levar a uma representação do discurso ecológico denominada ecofascismo.

Outro ramo da ecologia é o conservacionismo. A percepção da destrutividade da ação humana e a conseqüente degradação do meio ambiente tornaram impositivas a necessidade de se criar um “[...] conjunto das ideias e estratégias de ação voltadas para a luta em favor da conservação da natureza e da preservação dos recursos naturais” (Lago & Pádua, 1984). O conservacionismo busca sanar essa necessidade de conservação da natureza e apresenta-se como “[...] a luta pela conservação do ambiente natural, ou de partes e aspectos dele, contra as pressões destrutivas das sociedades humanas” (Lago & Pádua, 1984).

Desde o século XIX, já era possível encontrar iniciativas nessa perspectiva, porém, no século XX é que há uma intensificação desse movimento. No antigo Império Russo e na antiga União Soviética, por exemplo, já se encontravam unidades de conservação. No Brasil também havia e, atualmente, há várias unidades de conservação, de proteção ambiental e de proteção às populações indígenas, quilombolas e ribeirinhas dentro do território brasileiro. Apesar de ser uma ação importante e meritória, pesquisadores alertam que só a conservação pode não ser mais suficiente para amenizar a destruição da natureza porque já não atende às urgências advindas das questões ambientais.

A utilização desenfreada da natureza como recurso infinito já está ocasionando graves conseqüências que são perceptíveis para a maioria das pessoas, especialmente em áreas mais social e ambientalmente vulneráveis. Sendo assim, além de desenvolver medidas de conservação, são necessárias medidas que busquem a reparação, restauração e regeneração porque já estamos próximos e, segundo estudos mais recentes, já passamos de pontos reversíveis. Logo, as conseqüências são imprevisíveis.

Assim sendo, projetos que buscam uma abordagem integral dessas questões são necessários e, com isso, o ramo do pensamento ecológico chamado ecologismo “[...] vem se constituindo como um projeto político de transformação social, calcado em princípios ecológicos e no ideal de uma sociedade não opressiva e comunitária” (Lago & Pádua, 1984). Segundo ainda esses autores, o ecologismo não busca somente a defesa da natureza e sua conservação, mas objetiva uma abordagem integral, passando pelo questionamento do sistema social.

Esse projeto busca a transformação social, a alteração do *status quo*, pois entende que a permanência desse sistema de produção desenfreado, ideologia do crescimento infinito e lucro acima de tudo, levarão à destruição das condições que permitiram e permitem a sobrevivência dos seres que compõem todos os ecossistemas do planeta

Terra. O projeto ecologista “não se preocupa apenas em garantir a sobrevivência da espécie humana, mas sim em garantir essa sobrevivência pela construção de formas sociais e culturais que permitam a existência de uma sociedade não opressiva, igualitária, fraterna e libertária (Lago & Pádua, 1984).

Para esse projeto político de transformação social, percebe-se a necessidade de revolucionar as formas de produção e, conseqüentemente, a relação homem e natureza, além das relações entre os diferentes países. É necessário pensar em questões nada ingênuas como imperialismo (em suas diversas facetas, incluindo o ecológico), poder político, capacidade de operar essas transformações, que desagradará a muitos, para esses projetos não se tornarem somente idealismos abstratos e desconectados da realidade material.

Esse projeto ecologista, apresentado por Antônio Lago e José Augusto Pádua em 1984, apresenta-se hoje de diferentes maneiras, inclusive com perspectivas ainda mais abrangentes e integrais que buscam trazer ao debate conceitos como poder político, dependência e desenvolvimento e as reais possibilidades de estabelecimento de projetos alternativos de sociedades. Por isso, é preciso saber discernir as intertextualidades e interdiscursividades no/do discurso ecológico porque esse discurso acopla e perpassa diferentes áreas do conhecimento (Ciências Biológicas, Exatas, Humanas e Sociais), além de muitas ideologias, plataformas e projetos políticos diferentes.

Algumas das representações desse discurso não buscam uma sociedade da forma apresentada pelo exemplo de ecologismo acima mencionado, portanto, apesar de os autores defenderem um projeto ecologista com os princípios mencionados acima, a defesa ecológica e/ou ambiental não está, necessariamente, restrita aos apelos humanistas do ecologismo que eles vislumbraram. Ou seja, da mesma forma que, como já dito, o discurso ecológico nem sempre se apresenta sob essa nomenclatura, o discurso ecológico nem sempre está prioritariamente preocupado com o ecológico, como poderemos comprovar pelos resultados das análises apresentadas neste trabalho.

Entretanto, antes de deter-nos nas diferentes interdiscursividades do discurso ecológico, é importante definir o discurso ecológico para o escopo desta pesquisa. Buscamos trazer uma historicização do desenvolvimento da Ecologia, na perspectiva de Lago e Pádua (1984), e seus respectivos discursos “oficiais”, sem considerar, de forma explícita, as interdiscursividades, pois a Ecologia Social e o Ecologismo, principalmente, já deixam vestígios dessas interdiscursividades. Mais adiante algumas intertextualidades e

interdiscursividades desse discurso serão pormenorizadas, durante o processo de análise das manchetes.

O discurso, para Fairclough (2016), é uma “[...] forma de prática social [...]” e não individual ou “[...] reflexo de variáveis situacionais [...]”. Portanto, para o autor, o discurso é tanto “[...] um modo de ação, uma forma em que as pessoas podem agir sobre o mundo e especialmente sobre os outros [...]” quanto “[...] um modo de representação” (Fairclough, 2016). Ressalta-se que, para Fairclough (*apud* Oliveira, 2013), o discurso possui uma conceituação mais ampla como uma representação multimodal de aspectos linguísticos, não linguísticos, semióticos, imagéticos, gesticulações, entre outros, e discurso como uma representação restrita de formas particulares de prática social.

Fairclough (2016) considera uma relação dialética entre discurso e a prática social e entre prática social e estrutura social, sendo a estrutura social “[...] tanto uma condição como um efeito [...]” da prática social. A estrutura social restringe e molda o discurso, discursiva e não discursivamente, e, conseqüentemente, a prática social. Porém, não é de forma determinista, mas dialética. Portanto, as práticas sociais dos diferentes atores sociais envolvidos no movimento ecológico moldam os diferentes discursos ecológicos, isto é, as diferentes representações particulares utilizadas por esses atores.

Na significação dual do termo “discurso”, o que interessa, neste momento, é a concepção restrita, particular de discurso. No caso, as representações do discurso ecológico, as práticas discursivas e sociais dos indivíduos, instituições, organizações, entre outros, envolvidos nos processos produtivos desses discursos. Entretanto, o discurso ecológico, de uma forma mais ampla, é “[...] um modo de ação, uma forma que as pessoas podem agir sobre o mundo [...]” (Fairclough, 2016), ou seja, o discurso ecológico é uma forma de as pessoas agirem (ou não) sobre os aspectos que impactam e desequilibram a relação ser humano e natureza, buscando, em suas práticas sociais, agir para mitigar (ou disfarçar) os efeitos provenientes dessa interação iníqua.

Embasando-nos na abordagem faircloughiana, portanto, entendemos o discurso ecológico, a partir deste ponto, como uma representação particular. Ou seja, compreendemos as representações particulares do discurso ecológico como discursos ecológicos, isto é, as representações que esse discurso abrange. Primeiro, consideramos o discurso ecológico “bruto”, *hard Science*, como uma representação particular do discurso “técnico-científico”, pois, como apresentado, as Ciências Biológicas tiveram uma preponderância no desenvolvimento da Ecologia. Contudo, quando mencionamos o

discurso “técnico-científico”, não desconsideramos os saberes populares e/ou tradicionais de uma “ciência popular”. Por mais que essa “ciência popular” não goze do prestígio (embora as resistências estejam diminuindo) do discurso “técnico-científico” oficial, tanto o discurso “técnico-científico” quanto o “científico-popular”, muitas vezes, estão associados intertextualmente e interdiscursivamente a outros discursos particulares do campo religioso, político, social, econômico etc.

Segundo, o discurso ecológico, em sua representação “técnico-científica”, é uma das bases principais e, portanto, está de forma intertextual, manifesta e/ou constitutivamente, presente nas outras representações do discurso ecológico. Esse discurso quando evocado nos diferentes domínios como o Político, Religioso, Legal, Empresarial, entre outros, é constituído, intertextual e interdiscursivamente, pelo gênero situado, que é “[...] um tipo de linguagem usado na performance de uma prática social particular” técnico-científico (Chouliaraki & Fairclough, 1999). Portanto, os diversos atores em diferentes domínios que evocam o discurso ecológico, sejam eles especializados ou não, direta ou indiretamente, utilizam-se da literatura “técnico-científica” e/ou “científico-popular” sobre as questões ambientais e/ou ecológicas.

Terceiro, o que diferenciará as representações do discurso ecológico desses atores é a prática discursiva e social. A estrutura social em que estão inseridos, a classe social, o nível instrucional e de consciência dos indivíduos irão moldar e restringir (ou não) as representações do discurso ecológico que encampam. Os diferentes atores sociais em diversos domínios se utilizam, para uma maior credibilidade, da *hard Science* para embasar suas representações particulares. Por conseguinte, uma representação particular do discurso ecológico pode abarcar outros discursos e, conseqüentemente, engendrar outras representações. As representações particulares desse discurso, por exemplo, “técnico-científica” e “científico-popular” podem ser chamadas de sub-representações, pois essas sub-representações que em vários momentos também chamaremos de representação do discurso ecológico, de forma mais geral, fundamentam outras sub-representações discursivas que já encampam as Ciências Humanas e Sociais como a política, a economia, a sociologia etc.

A representação “técnico-científica” é, muitas vezes, tida como “isenta” de valores. Enquanto as representações que encampam as Ciências Humanas e Sociais são tidas como “ideologizadas” e “não isentas”. As ciências, de um modo geral, não estão imunes aos jogos de poder, às disputas ideológicas e às mudanças discursivas e sociais que

perpassam a sociedade, portanto, mesmo as *hard Sciences* precisam ser vistas com cautela. É preciso analisar as metodologias utilizadas. O mesmo vale para as Ciências Humanas e Sociais. Embora mais subjetivas, não deixam de estabelecer critérios que devem ser coerentes porque as inclusões e omissões, conscientemente ou não, na elaboração de uma representação do discurso ecológico podem ter efeitos discursivos diversos, inclusive manipulativos.

Os sentidos do discurso ecológico estão em disputa. Ainda mais os dados provenientes da representação “técnico-científica” porque, por exemplo, até mais do que a representação “científico-popular”, podem validar, por meio de uma metodologia científica e academicamente reconhecida, sua própria representação, além de ser imprescindível para embasar as outras representações desse discurso. Entretanto, sem uma análise proveniente das Ciências Humanas e Sociais, esses dados são apenas números, bases e referências “brutas”. É preciso uma interpretação desses dados à luz dos diferentes enfoques que são observados pelas diferentes representações. E, nesse ponto, a ciência, que já não era “isenta” antes, deixa, definitivamente, essa “isenção” para trás porque o tratamento dos dados, por mais objetivo e criterioso que seja, é parte de julgamentos subjetivos que são concernentes aos diferentes enfoques de cada representação.

É bom que assim seja, pois cada representação, inclusive a “técnico-científica”, pode ser destrinchada. Por exemplo, no aspecto discursivo, por meio da análise de discurso crítica ou, no aspecto científico, por meio de mais pesquisas que evidenciem todos os aspectos metodológicos, critérios de análise e tratamento dos dados, entre outros mecanismos de questionamento dos dados. Perguntas simples como “o que produziu?”, “quem produziu?”, “como produziu?”, “por que produziu?”, “para quem produziu?” podem contribuir muito nas investigações e desvelamento dessas representações do discurso ecológico, pois “a representação do discurso não é uma mera questão gramatical, ao contrário, é um processo ideológico cuja relevância deve ser considerada” (Resende & Ramalho, 2019). Se a representação do discurso ecológico busca suprimir as disputas entre as diversas sub-representações, pode-se questionar, analogamente, “qual sub-representação produziu?”, “quais grupos, entidades, atores sociais etc. estavam envolvidos na produção dessa sub-representação?”, “de que forma, por quais meios e procedimentos produziram essa sub-representação?”, “por que, visando qual objetivo, produziram essa sub-representação?” e “para quem ou para quais grupos, entidades, atores sociais etc. produziram essa sub-representação?”

Portanto, o discurso ecológico é uma representação que possibilita diversas sub-representações que encampam diferentes domínios discursivos e sociais. Essas sub-representações estão em disputas em torno do sentido da representação do discurso ecológico. Compreendemos que as sub-representações “técnico-científica” e “científico-popular” estarão embasando as outras sub-representações nas disputas pela preponderância representativa do discurso ecológico. E, no processo de análise das manchetes de notícias, conforme apresentamos neste trabalho, diferentes sub-representações desse discurso, derivadas principalmente do discurso “técnico-científico” e “científico-popular” poderão estar presentes porque as Ciências Sociais e Humanas são profícuas em estabelecer critérios para tratamento de dados que engendram diferentes perspectivas sociais, políticas, econômicas etc. Ressalta-se que, como mencionado acima, também chamamos, de forma mais geral, as sub-representações de representação, para facilitar a sistematização da exposição, pois, evidencia-se que as sub-representações particulares disputam pela hegemonia representativa desse discurso e, portanto, pela dominância de sua sub-representação como a representação do discurso ecológico.

Essas diferentes perspectivas, que consideramos sub-representações do discurso ecológico, são, muitas vezes, complementares e/ou concorrentes entre si. Entretanto, muitas delas não se abstêm de explicitamente defender um ponto de vista político, econômico, religioso e/ou social, entre outros. Entre críticas construtivas e destrutivas, essas sub-representações do discurso ecológico estão presentes no dia a dia, em diferentes domínios, concorrendo para estabelecer-se como o sentido hegemônico para a representação do discurso ecológico, mesmo sabendo que qualquer hegemonia estará sempre sofrendo questionamentos e, conseqüentemente, fissuras que serão exploradas por atores sociais nas construções das sub-representações (ou representações) discursivas do discurso ecológico.

As Representações do Discurso Ecológico em Manchetes Internacionais

No governo do presidente Jair Messias Bolsonaro (2019 a 2022), as manchetes internacionais sobre as questões ecológicas e/ou ambientais do/sobre o Brasil não são favoráveis ao país nem ao seu gestor. A forma como o presidente Jair Bolsonaro lidou com os incêndios e queimadas na Amazônia, por exemplo, rendeu inúmeras manchetes que retratavam o governo e o país com desprestígio. Precedentemente a esses incêndios, uma

manchete publicada pelo jornal The New York Times, escrita por Ernesto Londoño, em 2 de agosto de 2019, reporta:

Figura 1

“Bolsonaro Fires Head Of Agency Tracking Amazon Deforestation In Brazil”



Fonte: The New York Times

A manchete traz referência explícita ao gestor do país, Bolsonaro, o sujeito dessa frase, e sua ação. A utilização do sobrenome do presidente indica, neste caso, a interferência direta do presidente nesse fato. Não uma decisão governamental e/ou institucional da presidência, impessoal, conseqüentemente, mas do presidente, portanto, mais pessoal. A manchete revela o que o sujeito “Bolsonaro” fez e com quem. A pessoa que sofreu a ação do sujeito foi o “Head of Agency”, chefe da agência, cuja responsabilidade era “tracking Amazon deforestation” no país. O sujeito demite, “fires”, um verbo transitivo, o “head of agency”. A manchete explica quem o presidente do país demitiu e a função do demitido, mas não explica o porquê. Entretanto, está implícito que a atividade do demitido se tornou incômoda para o presidente. E, na conjuntura em que se apresenta, não restam dúvidas de que as práticas sociais do governo do Brasil, gerido por Bolsonaro, engendraram práticas discursivas que se refletiam nas representações do país nas manchetes.

“Bolsonaro”, “Head of Agency”, “Amazon” e “Brazil” apresentam-se como atores sociais. Entretanto, “Bolsonaro” representa o “Brazil” e a “Amazon” está no “Brazil” e o “Head of Agency” trabalha em uma agência governamental do país. Então, esses atores sociais estão interligados e, portanto, a demissão do “Head of Agency” reverberou no mundo porque a função dele era rastrear o desmatamento na Amazônia “tracking Amazon deforestation”. Essas ações do presidente do país alimentaram ainda mais o descrédito discursivo do presidente e, conseqüentemente, do Brasil em relação à proteção do meio ambiente naquela conjuntura política, mas, ao mesmo tempo, está em consonância com a

construção discursiva de quando candidato e, conseqüentemente, do presidente Bolsonaro. Seus discursos engendraram práticas sociais, sendo, muitas delas, realizadas por ele mesmo.

Essas ações do governo comprometiam as relações com outros atores sociais como, por exemplo, essa manchete no *The New York Times*, em 23 de agosto de 2019, escrita por Ernesto Londoño, Manuela Andreoni e Letícia Casado, reporta:

Figura 2

“As Amazon Fires Become Global Crisis, Brazil’s President Reverses Course”



Fonte: The New York Times

Essa manchete apresenta uma situação em que o Brasil esteve nas discussões globais sobre meio ambiente durante o governo Bolsonaro, não como um líder nessas discussões, mas como um problema, um causador de uma crise global, “global crisis”. “Amazon” e “Brazil’s President” são atores sociais, mas as ações de “Brazil’s President” estavam condicionadas ao que “Amazon Fires” se tornou, “become”. Essa frase, sintaticamente é construída por uma relação de subordinação, pois a conjunção “as” funciona, neste enunciado, como um elemento condicional adverbial, indicando que, se determinado fato não tivesse acontecido, outro também não aconteceria. O presidente do Brasil reverte, “reverses”, suas ações devido aos incêndios da Amazônia se tornarem uma crise global. Está implícito que não aconteceria essa mudança se não houvesse a “Global Crisis” em torno do “Amazon Fires”.

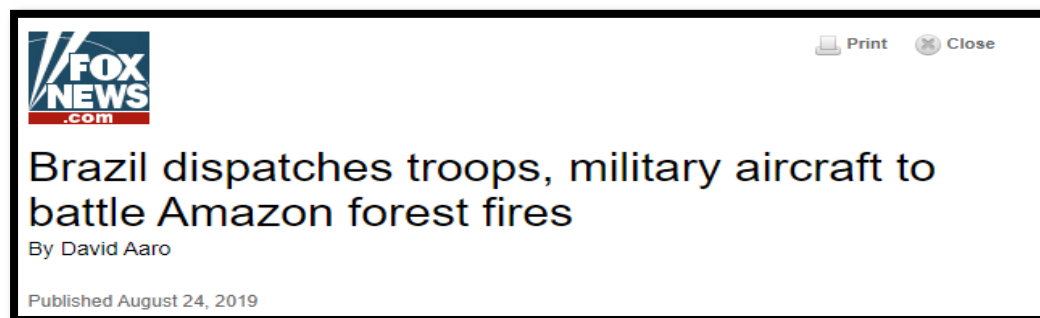
Embora incêndios na Amazônia não sejam uma coisa incomum, a construção discursiva de um país que está revertendo políticas ambientais, saindo de encontros de discussões internacionais, demitindo especialistas que fazem levantamentos a respeito do desmatamento (responsável também pelos incêndios), entre outras práticas, constroem discursivamente a responsabilidade sobre a política do país sob a gestão Bolsonaro. O conjunto de palavras “Global Crisis” indica como as políticas internas no Brasil resultaram

em problemas que levaram a uma preocupação global, diferentemente de outros momentos em que ela também estava sofrendo com incêndios, em relação aos incêndios recentes na Amazônia. A utilização do “Brazil’s President” e não somente “Brazil” e a atitude de rever as ações, mesmo que condicionada, evidenciam um reconhecimento de que as políticas, nesse caso, defendidas pelo Presidente, não estavam no caminho certo. Ou ainda essas políticas, embora com relativo apoio interno, começavam a prejudicar nas relações e, por conseguinte, no apoio externo.

O governo também buscou mostrar que estava contribuindo para combater esses incêndios. Em manchete do site Fox News, escrita por David Aaro, em 24 de agosto de 2019, reporta-se:

Figura 3

“Brazil Dispatches Troops, Military Aircraft To Battle Amazon Forest Fires”



Fonte: Fox News

Utilizando-se de metáfora de guerra para ilustrar combate, a manchete evidencia ações do país que buscam conter os incêndios, mas também estabelece um efeito midiático e/ou discursivo para contrabalancear a representação de negligência. Os substantivos como “troops” e “military aircraft” cumprem a função de fazer essa alusão, porém os verbos “dispatches” e “battle” também. Portanto, o sujeito “Brazil” está agindo contra os incêndios florestais na Amazônia, “Amazon forest fires”, como se estivesse lutando uma “batalha”, uma “guerra”. O verbo despachar, “dispatches”, a respeito das tropas, “troops”, e aeronaves militares, “military aircraft”, mostra a diligência do governo na disponibilização de recursos para enfrentar os incêndios. E o verbo “battle”, também transitivo nessa frase, expõe a natureza das ações em que o governo disponibilizou seus recursos.

É claro que, diante de tantas representações de negligência, uma ação nesses moldes possui um forte apelo discursivo e, conseqüentemente, midiático. Contudo, possa

ser que essas ações não sejam realmente eficazes e sejam apenas mascaramentos das práticas sociais, almejando engendrar práticas discursivas que dissimulem ou atenuem as discursividades criadas e acumuladas em relação ao país. A manchete, da forma que é construída, não explica nada além das ações, maneiras e recursos que o sujeito “Brazil” pretende executar para enfrentar “Amazon forest fires”. Ao fazer a alusão de guerra, o “Brazil” enxerga nesses incêndios um problema, um inimigo que precisa ser combatido para o bem do país. Esse combate é benéfico tanto nas práticas sociais porque os efeitos que as queimadas causam ao meio ambiente e à saúde das pessoas são conhecidos, quanto nas práticas discursivas porque mostram um país agindo, pelo menos aparentemente, e não inerte diante de uma situação que chamou a atenção do mundo.

A utilização da metáfora de guerra e o uso de aparatos militares, tanto para efeitos discursivos quanto para efeitos nas práticas sociais, combinam com o estilo do presidente Jair Bolsonaro, um ex-capitão reformado do Exército, que gostava de lembrar e estabelecer associação entre seu governo e os militares. O presidente sempre demonstrou uma afeição ao modelo militar e, diante disso, tanto o presidente se apoiou nas Forças Armadas quanto as Forças Armadas (ou setores delas) utilizaram-no como um artifício para retornarem ao poder e, por conseguinte, governarem o país dentro de uma formalidade democrática. Alguns analistas políticos até consideram o governo Bolsonaro como um “governo militar” porque existia mais milhares em cargos-chave na gestão Bolsonaro do que no regime militar brasileiro.

Além de combinar com o estilo do presidente, evidencia-se também que o “Brazil” tem “troops” e “military aircraft”, portanto, o país pode defender seu território contra as queimadas, reafirmando a soberania do país sobre a região, principalmente diante de discursos de líderes de outros países falando a respeito de uma “internacionalização da Amazônia”. O presidente, enquanto pessoa, não enquanto instituição, contudo, não contribuiu para melhorar a representação do país na seara ambiental. Bolsonaro, como reporta a agência de notícia Reuters, no jornal The New York Times, em 30 de novembro de 2019:

Figura 4

“Brazil’s Leader Falsely Blames Leonardo DiCaprio For Amazon Fires”



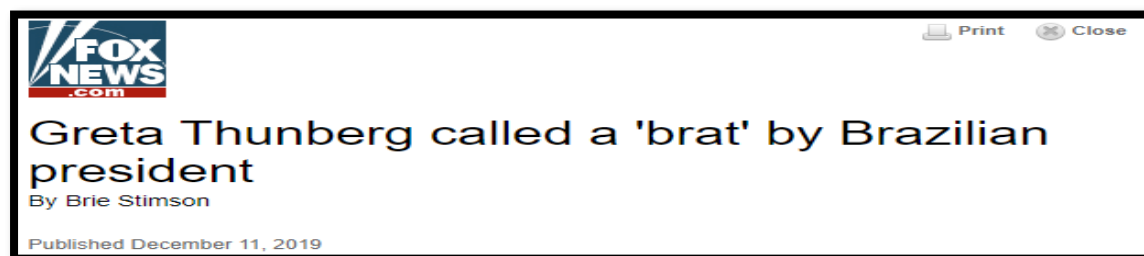
Fonte: The New York Times

O presidente do Brasil e Leonardo DiCaprio são atores sociais nessa manchete. O Líder do Brasil, “Brazil’s Leader”, é o sujeito que age em relação ao Leonardo DiCaprio. O presidente acusa, “blames”, o ator pelos “Amazon Fires”. Contudo, a própria manchete coloca o verbo “blames” após um advérbio de modo “falsely”. Esse advérbio indica o modo em que a ação foi realizada e, no caso, “Brazil’s Leader” acusa, de forma falsa, o ator, internacionalmente conhecido, DiCaprio, como responsável pelos incêndios na Amazônia. Falsamente, “falsely”, é uma forma eufêmica para não colocar que o “Brazil’s Leader” mentiu, “lied”. Até porque a palavra de uma pessoa considerada importante supostamente deve ter credibilidade, então, é mais adequado para a manchete utilizar “falsely”.

Não só DiCaprio, também um defensor de causas ambientais, foi criticado por Bolsonaro, mas a ativista Greta Thunberg, como evidencia a notícia na Fox News, por Brie Stimson, em 11 de dezembro de 2019:

Figura 5

“Greta Thunberg Called A ‘Brat’ By Brazilian President”



Fonte: Fox News

A construção sintática dessa frase é a voz passiva, evidenciando quem chamou, “called”, a ativista dessa forma, no caso, o presidente brasileiro, “Brazilian president”. A voz passiva faz com que a pessoa que recebeu a ação passe a ser o sujeito da ação. No caso, “Brazilian president” chamou a ativista “Greta Thunberg” de “brat”, portanto, “Brazilian president” é o sujeito da ação. Contudo, a construção da manchete é realizada para colocar a ativista como sujeito dessa frase. Essa utilização sintática pode ocorrer quando quem recebeu a ação é mais famoso do que quem realizou ou a pessoa que recebeu a ação precisa ser colocada em maior evidência. No caso, a ativista é mais conhecida mundialmente, principalmente no ativismo ecológico, do que o presidente brasileiro, mas também a ativista, à época, era o centro, controversamente, das atenções nas questões ambientais, sendo convocada para palestrar em diferentes países, institutos e organizações. Portanto, pode não ser uma escolha do mais famoso, mas do mais relevante à época.

O termo que o presidente chamou a ativista é “pirralha” que, em inglês, é “brat”. Esse termo possui uma conotação pejorativa, especialmente ao se referir a uma pessoa jovem, indicando mal comportamento e/ou imaturidade, supostamente características da juventude. Bolsonaro quis, provavelmente, referir-se de forma crítica ao ativismo de Greta Thunberg. Ele não era o único ator político relevante a criticá-la, porém a forma e o emissor da crítica, por suas práticas discursivas e sociais, contribuíram para a contínua construção de um país que passou a desdenhar das normas ambientais. Apesar dessas contendas e das críticas, o governo Bolsonaro seguiu, recuando poucas vezes, com suas políticas ambientais.

Nesse contexto, o mundo, já em 2019, porém mais intensamente em 2020, presenciou o surgimento de um novo coronavírus (SARS-CoV-2), que engendrou uma doença (COVID-19) altamente infecciosa. Na época, existiam poucas informações precisas e muita falsa informação, desinformação e má informação a respeito de como lidar com essa realidade desafiadora. A ciência buscava explicações, além de combater as falsas, sobre como impedir essa infecção e, conseqüentemente, como tratar as pessoas infectadas. Contudo, diante da necessidade de urgência nas respostas, as conclusões ainda eram primárias. Essa realidade se impôs globalmente porque mais de 100 países já tinham detectado casos dessa doença. Por isso, Tedros Adhanom, então diretor-geral da Organização Mundial da Saúde (OMS), no dia 11 de março de 2020, declarou que a COVID-19 seria elevada à categoria de uma pandemia e, diante desse contexto, existiu a

necessidade de restringir a circulação de pessoas como uma forma de conter o avanço do vírus.

Essas medidas impactaram as dinâmicas sociais, econômicas e políticas. O governo brasileiro encarou essa questão de forma controversa, nacional e internacionalmente, e não consensual entre os diferentes atores políticos no país. Assim, lamentavelmente, o país destacou-se como um dos lugares em que a COVID-19 vitimou, fatalmente, mais pessoas. Essa discussão, embora perpassasse questões ecológicas e/ou ambientais, não será destrinchada porque foge ao escopo específico desta pesquisa. Além disso, a pandemia é um fato histórico recente, cujo vírus e sua consequente doença não estão completamente erradicados. Apesar de menos “grave” do que no início, da existência de mais informações precisas a respeito da doença e suas formas de contágio, vacinas e medicações para aumentar a resistência às formas graves da doença, variantes da mesma doença desafiam os esforços para tentar eliminá-la.

Porém, mesmo na pandemia, a degradação ambiental continuou, pois como demonstra uma manchete do jornal The New York Times, escrita por Ernesto Londoño, Manuela Andreoni e Leticia Casado, em 6 de junho de 2020:

Figura 6

“Amazon Deforestation Soars As Pandemic Hobbles Enforcement”



Fonte: The New York Times

Essa manchete estabelece uma relação entre “Amazon Deforestation” e “Pandemic”, sendo uma relação sintática de subordinação porque “Pandemic” afeta “Amazon Deforestation”. O sujeito, sintático, dessa frase é “Amazon deforestation” e é o que sofre ação semântica, pois o verbo “soars”, intransitivo, não necessita de complemento, pois já indica um aumento, um crescimento dramático do desmatamento da Amazônia. Contudo, a manchete, sintaticamente, condiciona esse aumento ao período da pandemia, “pandemic”, porque contribui para uma aplicação claudicante do cumprimento das medidas

necessárias, “hobbles enforcement”, para coibir o desmatamento. Diante disso, a pandemia condiciona, de forma negativa, o incremento da “Amazon deforestation”. Não a pandemia em si, mas os efeitos advindos de ações que são utilizadas para conter a pandemia e, conseqüentemente, interferem em diversas outras atividades direta e/ou indiretamente.

Essa frase busca também estabelecer um contraste, pois está implícito uma suposição de que a pandemia poderia reduzir o desmatamento, justamente porque a pandemia interrompeu atividades em diversas cadeias produtivas no mundo todo. Contudo, diante dessa situação, não se confirmou essa suposição, pois o “Amazon deforestation” aumentou. O fato de a pandemia ter engendrado ações claudicantes, “hobbles”, de combate ao desmatamento, a aplicação “enforcement” dos dispositivos e mecanismos legais também dissimulam o que discursivamente já está construído, pois o Brasil, sob a gestão Bolsonaro, buscou desmontar muito do “enforcement” disponível para coibir o desmatamento.

O próprio Ministro do Meio Ambiente do governo Bolsonaro foi considerado por ativistas e defensores das causas ambientais como um adversário das regulações ambientais, tanto que já foi condenado por ações contra o meio ambiente e, em infame reunião ministerial divulgada em 22 de maio de 2020, o ministro disse que aproveitaria a pandemia para “passar a boiada” (Salles, 2020) , ou seja, aproveitaria a distração mundial em torno de uma questão grave de saúde pública para avançar em desregulamentações que julgava necessárias, pois em sua visão essas regulamentações atrapalhavam o desenvolvimento do país, mas, de acordo com críticos, escancarariam ainda mais as áreas ambientais para ação de grupos que depredam a natureza. Nenhuma dessas práticas sociais do governo e de seus atores sociais engendraram práticas discursivas que são favoráveis ao país nas representações do Brasil nos conseqüentes veículos de comunicação internacionais.

Uma manchete da revista Times, do dia 01 de outubro de 2020, escrita por Ciara Nugent, reporta:

Figura 7 –

“Brazil Is Burning – And President Bolsonaro’s ‘Terminator’ Environment Minister Is Rolling Back More Protections”



Fonte: Time

Os atores sociais dessa manchete são o país, “Brazil”, o presidente do país, “Bolsonaro”, e seu Ministro do Meio Ambiente, “Environment Minister”. A manchete afirma, de forma declarativa, que o Brasil está queimando, “Brazil is burning”. Mas não somente, pois utiliza uma conjunção aditiva “and” para adicionar mais informações a essas afirmações. Informações adicionais que não contribuem em nada para a boa imagem do país e, direta e/ou indiretamente, acusa os seus gestores, o Presidente e seu Ministro do Meio Ambiente, como responsáveis pelo que está sendo informado na afirmação declarativa no início da manchete. A frase introduzida após a conjunção “and” contextualiza e faz uma menção à fama que o Ministro do Meio Ambiente tem como “terminator”. “Terminator” faz referência a um filme sobre “acabar” com o futuro.

Essa referência às vozes críticas ao ministro são intertextualidades manifesta e constitutiva, que são utilizadas para compor a manchete. Ao colocar “President Bolsonaro’s ‘Terminator’ Environment Minister”, a manchete estabelece a relação direta entre o Presidente e seu Ministro, pois Bolsonaro é um entusiasta das políticas do seu então Ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles. O verbo transitivo “rolling back” também enfatiza a destrutiva ação do ministro Ricardo Salles porque, ao ser um verbo que exige complemento, explica que são proteções, “protections”, que estão sendo revertidas pelas ações do “terminator”. “Terminator” é uma referência interessante para o público internacional porque a referência ao filme de Arnold Schwarzenegger é popular e relativamente conhecida do grande público e, além disso, é uma referência que se encaixa nas representações que são constituídas a respeito da ligação entre “Amazon” e “Planet” e

como o futuro de um está interligado ao do outro. Ou seja, as ações internas do ministro podem estar interferindo no futuro de pessoas para além das fronteiras do país, pois ações locais podem engendrar consequências globais.

A utilização do termo “more protections”, mais proteções, indica que não é a primeira reversão de proteções engendradas pelo ministro e, com isso, o sentido de “rolling back” alude alegoricamente a um “rolo compressor” que está revertendo as proteções anteriores sem se preocupar. Portanto, o esforço de diversos períodos para engendrar esses mecanismos estão sendo revertidos pelas ações do Ministro do Meio Ambiente do Presidente Bolsonaro. Diante disso, fica praticamente impossível dissociar a afirmação declarativa “Brazil Is Buning” das responsabilidades desses atores sociais, pois suas práticas discursivas engendram práticas sociais que, em seus efeitos, consequentemente, engendram práticas discursivas que são reportadas de diversas formas pelo noticiário. Contudo, torna-se cada vez mais evidente a percepção de uma construção discursiva cumulativa, negativa em relação ao país.

Tanto que, em manchete de notícia, escrita por Manuel Andreoni e Ernesto Londoño, em 21 de abril de 2021, no The New York Times, reporta-se:

Figura 8

“Bolsonaro’s Sudden Pledge To Protect The Amazon Is Met With Skepticism”.



Fonte: The New York Times

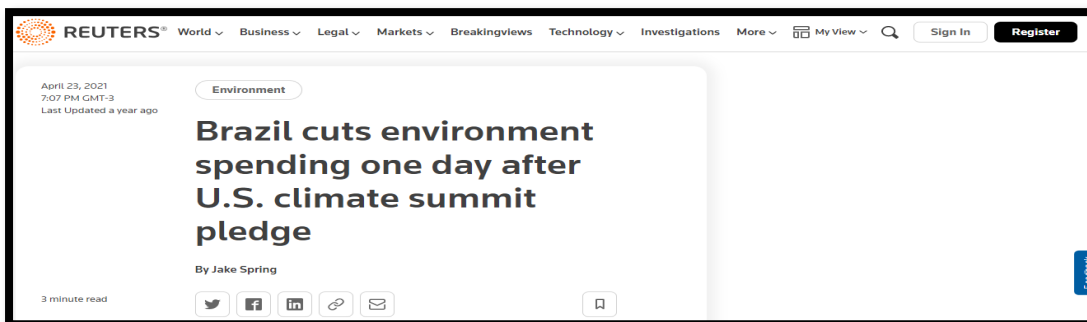
Essa manchete discursivamente apresenta um contraste em relação a outras, pois coloca “Bolsonaro” e “Protect the Amazon” como relacionados e o primeiro agindo em favor do segundo. Mudança em relação ao que vinha sendo reportado, que não deixa de se fazer presente por meio do adjetivo “sudden” antes do substantivo “pledge”, promessa, indicando que as ações de “Bolsonaro” em relação à “Amazon” foram súbitas, “sudden”. Discursivamente, está representado um presidente que, embora não seja conhecido por

práticas discursivas e sociais a respeito de “Protect the Amazon”, está preocupado e fez até uma “pledge” em relação a isso. Contudo, a manchete já explicita esse rompimento na representação discursiva do presidente do país, pois coloca que a “sudden pledge” do presidente é recebida com, “met with”, ceticismo, “skepticism”, justamente pelo fato de, nos últimos anos, o presidente e conseqüentemente o país que representa estarem nas manchetes com uma construção discursiva desafiadora e provocativa em relação às questões ecológicas e/ou ambientais.

Esse “skepticism” seria discursivamente reforçado com as posteriores práticas sociais do governo brasileiro sob a gestão de Jair Bolsonaro porque, em manchete da agência de notícia Reuters, escrita por Jake Spring, no dia 23 de abril de 2021, portanto 02 dias após a manchete anterior, esse fato fica bastante perceptível:

Figura 9

“Brazil Cuts Environment Spending One Day After U.S. Climate Summit Pledge”



Fonte: Reuters

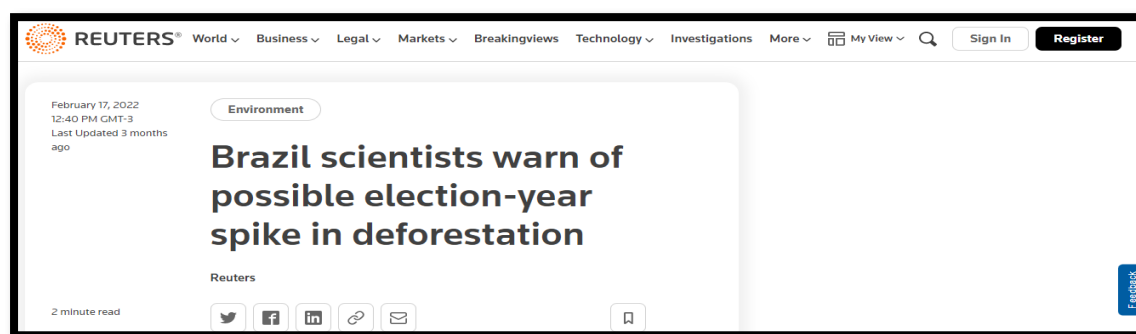
Essa manchete não colabora para mostrar veracidade na prática discursiva, se as práticas sociais não vão ao encontro desses discursos. É o que evidencia essa manchete, onde o sujeito “Brazil” age em relação aos gastos ambientais, “environment spending”. O sujeito da frase, no caso, o país, “Brazil”, é gerido pelo Presidente Bolsonaro e, com isso, ações do país, nesse momento, direta e/ou indiretamente, têm seu aval, especialmente nas áreas de execução orçamentária, que é atribuição do Poder Executivo. Uma ação dessa, dias após realizar uma “pledge” a respeito da proteção da Amazônia, evidencia uma dissimulação que, se não planejada, é discursivamente ainda mais comprometedora da imagem do país naquela conjuntura e, nesse caso, da credibilidade que as práticas discursivas do presidente, quando diferentes daquelas pelas quais ele é conhecido, têm de engendrar práticas sociais críveis.

A prática discursiva do presidente em defesa de “Protect the Amazon”, especialmente em organismos internacionais, foi distribuída por meio de vídeos, notícias, reportagens, entre outros meios, para diversos atores sociais, desde ativistas a países e organizações, interessados na questão. Porém, suas práticas sociais internas engendram práticas discursivas que também circularão por esses meios e levarão ainda mais descrédito a respeito de suas práticas, sejam discursivas e/ou sociais. A própria manchete da Reuters, que produz, distribui e promove a circulação de diversas notícias ao redor do mundo, está evidenciando a contradição porque coloca através da preposição “after” que a ação do país ocorreu um dia após promessa na cúpula climática nos Estados Unidos, “one day after U.S. climate summit pledge”.

A exposição desse conjunto de palavras “one day after” busca reforçar o descrédito dessas promessas, pois supõe-se que, mesmo em caso de governos que não querem cumprir suas promessas, há uma tentativa de mascarar suas intenções ou esperar que o assunto não esteja mais em evidência. Entretanto, esse não é o caso porque o Brasil realizou esse corte, “cuts”, apenas um dia após promessa em evento. Portanto, está implícito um questionamento sobre como se pode confiar em um país que promete discursivamente algo em um dia e no outro está com práticas sociais que não respaldam suas promessas. Além de suas promessas de proteção da Amazônia serem enxergadas com ceticismo, embasado em suas próprias ações, seus discursos de campanha e seus discursos no governo engendraram práticas sociais danosas ao meio ambiente, conforme reitera a manchete de uma notícia da agência Reuters, do dia 17 de fevereiro de 2022, que reporta:

Figura 10

“Brazil Scientists Warn Of Possible Election-Year Spike In Deforestation”



Fonte: Reuters

Essa manchete reporta indiretamente a opinião dos “scientists”, ou seja, opinião de “experts” que informam e/ou explicam a um público maior, não especializado, sobre algo. No caso, os cientistas do Brasil, “Brazil scientists”, portanto, sujeitos dessa frase, estão realizando uma ação visando a informar o público a respeito do desmatamento, “deforestation”. A utilização de “Brazil scientists” busca também trazer legitimidade à declaração, pois está colocando de forma impessoal e objetiva “Brazil scientists” e não um cientista em específico, o que daria um tom mais pessoal e subjetivo. Pelo menos é o que se pode inferir da construção discursiva da manchete porque pode ser que a equipe de reportagem tenha colhido a opinião de apenas um cientista e colocou como representativa de todo o corpo científico (ou uma área científica específica) do Brasil. Contudo, não é possível afirmar isso apenas com a manchete porque só a leitura do corpo textual pode confirmar ou não essas indagações.

A utilização do verbo “warn”, transitivo, indica um aviso, um alerta. A manchete, por meio de um objeto direto, está explicitando a respeito do que se trata o alerta feito por “Brazil scientists”. O aviso trata a respeito de um pico, “spike”, na “deforestation” no país durante o ano eleitoral, “election-year”. O ano de 2022 foi um ano eleitoral, eleições gerais no país, portanto está alertando para o fato de que nesse ano seria possível, “possible”, aumento no desmatamento, “deforestation”. Há uma suposição de que, em um ano eleitoral, pode existir mudanças nas políticas para se contrapor e/ou defender a alguns grupos de apoio e, portanto, diante das construções discursivas de outras manchetes, a aproximação do presidente incumbente com grupos que são responsáveis por grandes degradações ao meio ambiente e desmatamento no país pode ser um fator a mais de preocupação no “election-year”. Essa manchete põe em contexto uma possível, “possible”, situação ainda mais delicada a respeito da “deforestation” no Brasil porque está implícita uma pressuposição que, de acordo com as manchetes anteriores, a situação do país em relação a essas questões já não estava boa devido às práticas sociais do governo brasileiro, então um pico “spike”, no ano eleitoral pode ser ainda mais destrutivo.

O fato de 2022 ser um “election-year” também é determinante para o futuro das políticas ambientais no país. O então presidente buscava a sua reeleição e, aparentemente, iria enfrentar o adversário que foi impedido de disputar as eleições em 2018 por uma prisão controversa. O juiz que o julgou, 7 meses após sua decisão, abandonou o cargo para servir ao governo Bolsonaro. Durante esse período, mensagens obtidas por meio de heackeamento foram divulgadas na mídia e as irregularidades e

controvérsias, que alguns já alertavam sobre a operação “Lava Jato”, tornaram-se mais evidentes e contavam com o respaldo do conteúdo dessas mensagens. De acordo com a legislação nacional, provas obtidas ilegalmente (como é o caso do heackeamento) não podem integrar as bases para uma condenação, mas podem constar como base para absolvição. Ou seja, os perpetradores de práticas ilegais na operação “Lava Jato” não poderiam ser incriminados pelas mensagens obtidas por meio da ação de hackers, mas os alvos dessa operação poderiam utilizar-se dessas mensagens para (com)provar e/ou estabelecer uma linha de defesa.

Embora já criticada em alguns setores políticos e jurídicos da sociedade brasileira e internacional, a credibilidade política e social conquistada por essa operação perante a opinião pública sofreu um duro revés porque as mensagens evidenciavam muitas das acusações que os críticos da operação argumentavam e eram tidos como lenientes com a corrupção e malversação de recursos públicos. Esses críticos eram tidos como muito apegados às formalidades e tecnicidades do Direito, revelando que os críticos dos críticos da operação “Lava Jato”, em grande parte, consideravam (alguns ainda consideram!) essas peculiaridades enquanto menos importantes nos processos e ritos jurídicos. Além de temerário, não é consequente que agentes estatais cometam irregularidades e/ou crimes para combater irregularidades e/ou crimes porque essa perspectiva e, por conseguinte, atitudes, comprometem, paulatinamente, a institucionalidade de um país.

Após alguns desgastes e desencontros, o ex-juiz da operação Lava Jato, Sérgio Moro, com a imagem e reputação fortemente abaladas pela divulgação das mensagens, rompeu com o governo Bolsonaro e outros eventos se sucederam como a tentativa de o próprio ex-ministro se consolidar como uma alternativa eleitoral à presidência, mas sem muita tração política nem eleitoral para o cargo de presidente da república. O ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva teve suas condenações anuladas e seus direitos políticos foram retomados, colocando-se como um candidato que poderia mudar os rumos e as representações do Brasil nos cenários nacional e internacional, sobretudo no que diz respeito às temáticas ecológicas e/ou ambientais.

Considerações Finais

O presente estudo traçou, de acordo com Lago e Pádua (1984), um percurso do movimento ecológico, passando pela ecologia natural, ecologia social, conservacionismo e ecologismo. A ecologia natural é compreendida como uma preocupação meramente biológica a respeito da integração e regulação entre os diversos elementos e seres habitantes em determinado ecossistema e, por conseguinte, na ecosfera, desconsiderando os impactos sociais nesse processo. Assim sendo, a ecologia social adiciona as preocupações biológicas aos aspectos sociológicos, pois o ser humano e seus impactos na natureza geram um desequilíbrio na homeostase do sistema. Esse desequilíbrio e, conseqüentemente, degradação, tem suas conseqüências e gravidades delineadas, tornando os aspectos biológicos e sociológicos cada vez mais indissociáveis.

Isso posto, o conservacionismo, embora a prática não fosse recente, é visto como uma solução, porém a atitude de conservar áreas, dentro de certos parâmetros, apesar de meritória, já não atende às urgências advindas das questões ambientais, pois a utilização desenfreada da Natureza como recuso infinito está cobrando suas graves conseqüências. A conservação já ocorria e ocorre em diversos países como no Brasil, mas, infelizmente, também é ameaçada por mudanças nas políticas governamentais. Entretanto, se não existir políticas integrais que abarquem o todo, o ato de preservar e conservar determinada área pode tornar-se inócuo e acarretar mais problemas porque certas comunidades sobrevivem e garantem sua subsistência, por exemplo, com a utilização, em pequena escala e não industrial, de suas respectivas áreas.

E, diante disso, há o ecologismo, que os autores apresentam como um projeto de transformação social integral porque não busca somente a defesa, conservação e/ou preservação do meio ambiente, mas uma alteração do *status quo* e das atuais condições de produção, pois há um entendimento que já não é possível manter o equilíbrio do metabolismo da Natureza diante do mesmo sistema econômico produtivista e exploratório que enxerga a natureza como uma fonte ilimitada de recursos. Essa visão da Natureza serve para sustentar a ideologia do crescimento infinito e, com isso, contribui aceleradamente para a degradação e, por conseguinte, a destruição das condições de sobrevivência de todos os seres que compõem os ecossistemas que formam o planeta Terra.

Caracterizamos, seguidamente, o discurso ecológico, a partir de uma análise crítica das diferentes representações desse discurso, tal que poderíamos classificá-lo, de acordo com Alier (2018), em “culto à vida silvestre”, “evangelho da ecoeficiência” e “ecologismo dos pobres”. Dentro de cada uma dessas categorias, é possível encontrar o discurso ecológico “técnico-científico” e/ou “científico-popular” engendrando diferentes representações, pois estão intertextualmente presentes nessas representações, constituindo essas representações, mas também sendo constituído, intertextualmente, por elas. Essas representações são provenientes das intertextualidades manifestas e/ou constitutivas do discurso ecológico em relação a outras práticas sociodiscursivas porque as práticas sociais de determinados grupos concebem práticas discursivas e, por conseguinte, essas práticas discursivas geram práticas sociais, contribuindo para uma amplitude nas representações do Discurso Ecológico. Esse discurso nem sempre se representa discursivamente dessa forma, contudo, as práticas sociais de determinados grupos podem ser percebidas e consideradas como partes dessa representação discursiva.

Essas representações do discurso ecológico estão, intertextualmente, de forma constitutiva e/ou manifesta, interligadas com o Discurso Político, discursos que buscam se apresentar como apolíticos, Discurso Econômico e/ou mercadológico, Discurso Feminista, Discurso Indígena, Discurso Religioso, entre outros. Esses discursos, que também possuem suas representações, contribuem para as diversas representações do Discurso Ecológico que, diante de suas próprias representações, ainda é enriquecido e ampliado com as representações discursivas de outros discursos e, conseqüentemente, com práticas sociais de diferentes discursos que contribuem, direta e/ou indiretamente, para as práticas sociais e discursivas do Discurso Ecológico.

A depender de qual representação advoga, as práticas discursivas e sociais do discurso ecológico são perigosas porque, em diversos países, inclusive no Brasil, atores sociais, em suas práticas discursivas e/ou sociais, sob a égide de certas representações do discurso ecológico, são sacrificados. Entretanto, apesar do trágico destino desses atores, algumas vezes as interrupções das práticas sociais de determinados atores contribuem ainda mais nas práticas discursivas e sociais de outros atores que carregam o legado e continuam com as práticas sociais provenientes das representações (ou não) do Discurso Ecológico que encampam.

A mídia, em seus diversos meios e formatos, tem um papel fundamental na contemporaneidade, pois em um mundo cada vez mais mediado e mediatizado pela

linguagem, é a maneira de formar e/ou deformar as formas de representação, benéficas ou malélicas, a respeito de determinado fato, pessoa, instituição e/ou país em larga escala. Recorremos às notícias, em especial com a análise de manchetes, dado que, de acordo com pesquisas acadêmicas e não acadêmicas, muitas pessoas informam-se pela leitura das manchetes, sem ler o corpo da notícia. Portanto, a forma de construir discursivamente a manchete de uma notícia pode ser determinante para a construção discursiva da representação de fatos, pessoas, instituições e/ou países, para um grande número de pessoas.

Realizamos um levantamento de manchetes mediante a aplicação de uma fórmula em um mecanismo de busca para filtrar, em diferentes veículos de comunicação, manchetes de notícias provenientes de jornais, revistas e agências de notícias que produzem, distribuem e circulam informações a respeito das questões ambientais e/ou ecológicas do Brasil na mídia estadunidense, neste trabalho a partir do recorte 2019-2022, durante a gestão do Governo Bolsonaro à presidência da república. Essa coleta de manchetes sucedeu-se por meio da inserção de palavras-chave dentro da fórmula de busca aplicada ao mecanismo de busca da plataforma Google, objetivando encontrar manchetes relacionadas às questões ambientais e/ou ecológicas no período supracitado. Observamos, na seleção das manchetes, a representatividade tanto de práticas discursivas quanto práticas sociais do governo e como essas práticas engendraram construções discursivas que contribuíram para as representações, supostamente benéficas e/ou malélicas, do Brasil nas mídias que circulam para o público estadunidense, com repercussões internacionais.

Referências

- Alier, J. M. (2018). *O ecologismo dos pobres: Conflitos ambientais e linguagens de valoração*. (M. Waldman, Trad.). Editora Contexto.
- Chouliaraki, L. & Fairclough, N. (1999). *Discourse in late modernity: Rethinking critical discourse analysis*. Edinburgh University Press.
- Fairclough, N. (2016). *Discurso e mudança social*. Editora UnB.
- Lago, A., & Pádua, J. A. (1984). *O Que é ecologia*. Editora Brasiliense.
- Oliveira, L. A. (2013). *Estudos do discurso: Perspectivas teóricas*. Editora Parábola.
- Resende, V. M., & Ramalho, V. V. S. (2019). *Análise de discurso crítica*. Contexto.